



No Brasil, a era digital ainda está só no papel

Síntese: O Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), uma das principais bandeiras eleitorais de Dilma Rousseff, completou mais de um ano sem cumprir nenhuma meta. Agora, a promessa é iniciar a oferta dos serviços em até 90 dias, com planos de atendimento ainda tímidos para as necessidades do país. No Brasil, além de cara e lenta, a internet banda larga tem cobertura deficiente. Uma das razões é que nada do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), que já acumula quase R\$ 10 bilhões, foi aplicado na expansão dos serviços nos últimos anos, contribuindo para deixar o país na lanterna dos índices de inclusão digital.

Inclusão tecnológica já é, há algum tempo, tema central da agenda das nações mais desenvolvidas do mundo. O caminho para o futuro passa, necessariamente, pelo acesso crescente de milhões de pessoas à rede mundial de computadores. No Brasil, porém, a era digital ainda está só no papel: há mais de um ano o governo federal promete expandir a rede de banda larga pelo país, mas até agora nada fez a não ser protelar o prazo para o cumprimento de seus compromissos.

Levar internet de maior velocidade e melhor qualidade aos lares de brasileiros ainda sem acesso à web é a meta do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), lançado em maio de 2010. Mas – diferentemente do desafio da universalização da telefonia, vencido com a bem-sucedida privatização das teles no governo tucano – a expansão dos serviços prometida pela gestão Lula e reiterada pela presidente Dilma Rousseff patina em dificuldades, ainda sob o ranço estatal.

Entre nós, a banda larga continua cara, lenta, concentrada e desigual. Hoje, apesar de a economia nacional situar-se entre as dez maiores do mundo, a União Internacional de Telecomunicações – órgão da ONU para o setor – classifica o Brasil apenas na 60ª posição entre os 159 países que compõem o Índice de Desenvolvimento de Tecnologias de Informação.

Caro e para poucos

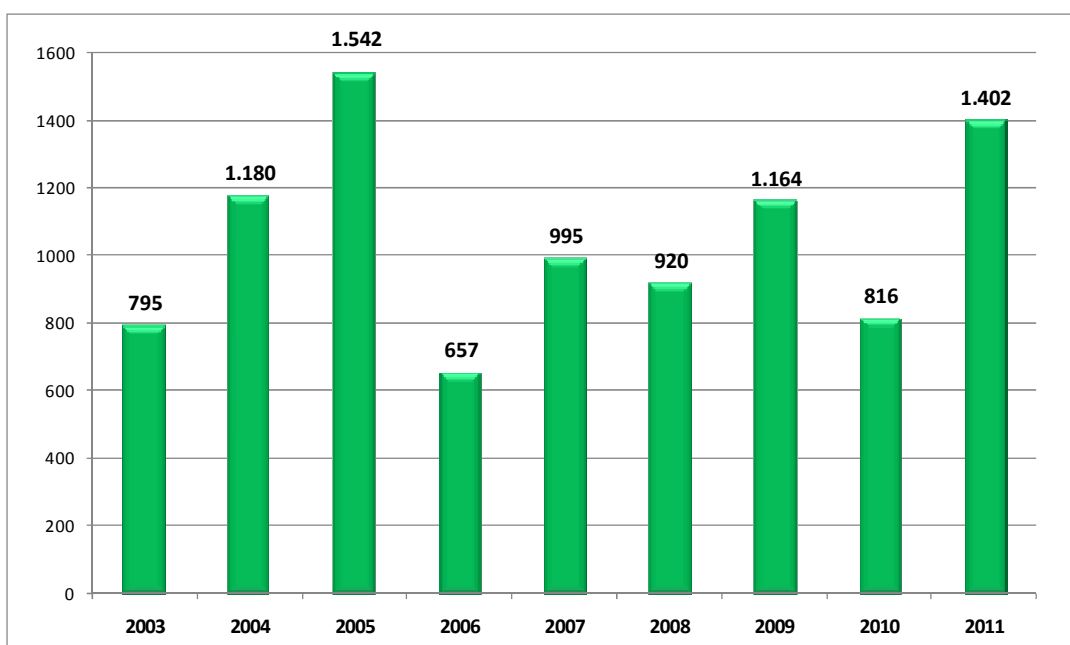
Serviço de internet banda larga ainda é para poucos no país. Em 2008, segundo o IBGE, apenas 20,8% dos domicílios (12 milhões) desfrutavam de acesso à web – estudo divulgado neste mês por uma consultoria privada indica que a rede já alcança 27% dos lares brasileiros. Em estados como Roraima e Amapá, o acesso nos domicílios é praticamente inexistente e sempre caríssimo.

Preços exorbitantes não são exclusividade de localidades distantes. Levantamento feito pelo Ipea mostra que os serviços de banda larga levam embora 4,58% da renda mensal per capita do brasileiro. Nos países desenvolvidos, essa relação situa-se em torno de 0,5%, ou seja, quase dez vezes menos. A carga tributária também pesa no bolso dos consumidores: numa conta de R\$ 100, R\$ 43 são impostos; apenas Turquia e Uganda conseguem ser piores que o Brasil neste quesito.

O PNBL completou um ano sem instalar um único acesso, embora o compromisso fosse atender pelo menos cem municípios até o fim de 2010. Apenas neste mês foi assinado o primeiro contrato de fornecimento de banda larga para um provedor, situado em Santo Antonio do Descoberto (GO). O governo federal continua garantindo que atenderá 1.163 municípios até dezembro e 4.278 municípios – ou 68% dos domicílios brasileiros – até 2014. Agora, promete-se início da oferta dos serviços em até 90 dias.

Mesmo atrasado, o PNBL já nascerá caduco. A um custo mensal de R\$ 35, o cidadão terá acesso à internet de 1 Mbps (megabyte por segundo, medida da velocidade de transmissão de dados). Em lugar nenhum do mundo, este parâmetro é aceito como sendo de “banda larga”: a Alemanha, por exemplo, prevê atender 75% dos seus domicílios nos próximos quatro anos com velocidade de 50 Mbps e a Austrália, 90% das casas com acesso de 100 Mbps.

Arrecadação do Fust (em R\$ milhões)



Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi

De novo, o sobrepeso estatal

Não é difícil entender porque o PNBL – cujos custos são estimados em R\$ 7 bilhões apenas para instalar infraestrutura de rede – não sai do lugar. Em vez de empregar mecanismos de mercado para impulsionar os serviços de internet de alta velocidade no país, o governo do PT preferiu ressuscitar a Telebrás. Por meses a fio, a direção da revivida estatal insistiu em não só oferecer infraestrutura para tráfego de dados como também os serviços no varejo. A queda de braço só cessou quando o governo mudou o comando da empresa, no início deste mês, e limitou sua atuação ao atacado.

A opção do PT pela solução estatal não veio, porém, acompanhada de orçamento suficiente – igualzinho a quando a sucateada Telebrás não conseguia oferecer linhas e transformou telefones em artigos de luxo para os brasileiros. A empresa renasceu por meio de decreto em maio de 2010, mas seu orçamento só foi aprovado no último dia do ano. Para 2011, a Telebrás solicitou R\$ 400 milhões de orçamento, mas a tesoura do governo Dilma reduziu a dotação a R\$ 226 milhões, dos quais nenhum centavo foi pago até agora.

A escassez orçamentária não impediu a Telebrás, porém, de produzir escândalos enquanto ressuscitava. Às vésperas da reativação da empresa, suas ações produziram ganhos de até 36.000% para amigos de alguns reis petistas. Como se não bastasse, o Tribunal de Contas da União também identificou superfaturamento de R\$ 121 milhões em licitações, mas não puniu a estatal.

Dinheiro não falta

Se não investe verbas orçamentárias, o governo tampouco aplica os recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), formado pela contribuição mensal de 1% da receita operacional bruta das empresas do setor. Desde 2003, foram arrecadados cerca de R\$ 9,5 bilhões, de acordo com o Siafi. O dinheiro, como o próprio nome diz, deveria ser usado para levar telefonia e inclusão digital a todos os cantos do país, mas até hoje só serviu para pagar juros da dívida pública e engordar o superávit fiscal.

Quem mais sofre com isso são as regiões mais isoladas e a rede pública de ensino. Pesquisa recente feita pela OCDE mostra que os estudantes brasileiros são os que dispõem de menor número de computadores: cada 6,25 dividem uma máquina, enquanto na Austrália cada criança tem seu notebook. Um quarto dos alunos de ensino fundamental e médio no país frequenta escolas sem laboratórios de informática e 46,7% deles não têm computador em casa.

Muito do atraso brasileiro é fruto direto da inação da Anatel. Sucateada ao longo da gestão Lula, a agência não tem cumprido seu papel central, que é regular, estabelecer metas, punir e fiscalizar com rigor a prestação de serviços de qualidade. Prova disso são os constantes apagões que vêm acometendo as operadoras, fruto de uma vertiginosa queda nos investimentos: no ano passado, ao todo foram aplicados R\$ 17,4 bilhões em telefonia fixa, móvel e internet, bem menos que o recorde de R\$ 24,2 bilhões anotado em 2001.

Trilho fundamental do conhecimento no século 21, a ampliação dos serviços de banda larga reflete-se em mais informação, cultura e emprego. O Banco Mundial estima que cada 10% de expansão da rede provoca crescimento de 1,3 ponto percentual do PIB. A massificação do acesso a baixo custo é, portanto, decisiva para melhorar a educação, a qualidade de vida e a produtividade da economia. Mas o Brasil ainda está longe disso. É preciso atualizar o marco legal do setor de telecomunicações, revigorar o plano de metas de atendimento e permitir que cada vez mais competidores atuem no mercado. Sem isso, o país vai ficar obsoleto como um serviço de internet de 1 Mbps.



“Brasil Real - Cartas de Conjuntura ITV” é uma publicação quinzenal do Instituto Teotônio Vilela.